


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	5	13.292	19.414	40.116	42.621
Concessionárias	6	15.882	15.155	26.168	24.180
Impostos e contribuições sociais	7	12.513	6.227	15.576	7.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.039	3.008	1.039	3.008
Dividendos	9	54.974	56.565		
Cauções e depósitos vinculados	12	566	699	6.722	6.318
Despesas pagas antecipadamente		56	95	131	202
Outros créditos	13	3.255	3.906	5.005	7.159
		<u>101.577</u>	<u>105.069</u>	<u>94.757</u>	<u>91.425</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber				18	
Impostos e contribuições sociais	7			1.470	3.494
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.058	2.575	1.150	2.668
Partes relacionadas	10	77.517	33.671	16	9.091
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	21.220	450		
Cauções e depósitos vinculados	12	1.335	1.389	8.226	7.386
Outros créditos	13	1.254		1.269	15
		<u>102.384</u>	<u>38.085</u>	<u>12.149</u>	<u>22.654</u>
Investimento	14	122.442	86.183		
Imobilizado	15	151.420	92.049	516.284	356.698
Intangível	16	882	1.116	1.884	2.525
		<u>274.744</u>	<u>179.348</u>	<u>518.168</u>	<u>359.223</u>
Total do ativo		<u>478.705</u>	<u>322.502</u>	<u>625.074</u>	<u>473.302</u>

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	17	5.788	2.557	10.826	4.794
Encargos de dívidas	18	3.481	66	4.211	354
Impostos e contribuições sociais	7	13.479	10.997	17.517	14.521
Dividendos	9	92.747	19.679	93.237	20.218
Empréstimos e financiamentos	18	23.881	4.731	43.691	13.922
Obrigações estimadas com pessoal	20	4.040	3.829	4.040	4.095
Encargos regulatórios e setoriais	21	2.736	1.774	4.010	2.523
Outras contas a pagar	13	575	709	582	709
		<u>146.727</u>	<u>44.342</u>	<u>178.114</u>	<u>61.136</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	51.685	8.308	75.747	40.767
Benefícios pós-emprego	19		1.261		1.261
Partes relacionadas	10	43.417	37.184	124.734	129.073
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	35.040	35.040	35.040	35.040
Provisões para contingências	22	494	39	1.611	1.331
Outras contas a pagar	13	38		38	
		<u>130.674</u>	<u>81.832</u>	<u>237.170</u>	<u>207.472</u>
Participações minoritárias					
Patrimônio líquido	23				
Capital social		120.481	120.481	120.481	120.481
Reservas de lucros		80.823	75.847	80.823	75.847
		<u>201.304</u>	<u>196.328</u>	<u>201.304</u>	<u>196.328</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>478.705</u>	<u>322.502</u>	<u>625.074</u>	<u>473.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica				18.706	16.878
Suprimento de energia elétrica		119.008	80.539	206.514	153.341
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão				6.836	7.898
Outras receitas operacionais		<u>9.824</u>	<u>4.892</u>	<u>15.922</u>	<u>9.687</u>
		<u>128.832</u>	<u>85.431</u>	<u>247.978</u>	<u>187.804</u>
Dedução da receita operacional					
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		(1.528)	(772)	(2.262)	(1.354)
Impostos e contribuições sobre a receita		(9.794)	(7.556)	(17.915)	(14.602)
		<u>(11.322)</u>	<u>(8.328)</u>	<u>(20.177)</u>	<u>(15.956)</u>
Receita operacional líquida	24	<u>117.510</u>	<u>77.103</u>	<u>227.801</u>	<u>171.848</u>
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(20.219)	(4.642)	(22.247)	(9.891)
Encargos de uso da rede elétrica		(3.171)	1.013	(7.176)	(2.469)
	25	<u>(23.390)</u>	<u>(3.629)</u>	<u>(29.423)</u>	<u>(12.360)</u>
Custo de operação					
Pessoal		(8.022)	(8.601)	(8.621)	(8.954)
Materiais e serviços de terceiros		(5.695)	(5.262)	(9.474)	(8.141)
Depreciações e amortizações		(4.188)	(4.091)	(12.001)	(11.339)
Outros custos de operação		(752)	(1.122)	(1.077)	(1.395)
	25	<u>(18.657)</u>	<u>(19.076)</u>	<u>(31.173)</u>	<u>(29.829)</u>
		<u>(42.047)</u>	<u>(22.705)</u>	<u>(60.596)</u>	<u>(42.189)</u>
				(145)	
Custo do serviço prestado a terceiros					
Lucro operacional bruto		<u>75.463</u>	<u>54.398</u>	<u>167.060</u>	<u>129.659</u>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(756)	(303)	(3.898)	(425)
Despesas gerais e administrativas		(11.354)	(11.094)	(15.413)	(15.812)
Depreciações e amortizações			(65)	(65)	(65)
Outras despesas operacionais		(4.163)	(3.392)	(5.446)	(5.261)
	25	<u>(16.273)</u>	<u>(14.854)</u>	<u>(24.757)</u>	<u>(21.563)</u>
Resultado do serviço		<u>59.190</u>	<u>39.544</u>	<u>142.303</u>	<u>108.096</u>
Resultado das participações societárias	14.1	<u>61.847</u>	<u>50.362</u>		
Receitas financeiras		2.792	2.216	6.545	3.469
Despesas financeiras		(21.962)	(9.926)	(33.857)	(19.112)
Resultado Financeiro	26	<u>(19.170)</u>	<u>(7.710)</u>	<u>(27.312)</u>	<u>(15.643)</u>
Lucro operacional		<u>101.867</u>	<u>82.196</u>	<u>114.991</u>	<u>92.453</u>
Outras Receitas		24	39	64	325
Outras Despesas		(1.556)		(1.557)	(1.222)
Outros resultados		<u>(1.532)</u>	<u>39</u>	<u>(1.493)</u>	<u>(897)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>100.335</u>	<u>82.235</u>	<u>113.498</u>	<u>91.556</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.542)	(8.095)	(16.700)	(12.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.487)	4.895	(3.487)	4.895
	27	<u>(13.029)</u>	<u>(3.200)</u>	<u>(20.187)</u>	<u>(7.383)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>87.306</u>	<u>79.035</u>	<u>93.311</u>	<u>84.173</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio		12.035	8.241	12.035	8.241
Lucro líquido do exercício		<u>99.341</u>	<u>87.276</u>	<u>105.346</u>	<u>92.414</u>
antes da participação minoritária		<u>99.341</u>	<u>87.276</u>	<u>105.346</u>	<u>92.414</u>
Participação minoritária			(6.005)		(5.138)
Lucro líquido do exercício		<u>99.341</u>	<u>87.276</u>	<u>99.341</u>	<u>87.276</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>99,28</u>	<u>87,23</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital	Reserva	Lucros	Total
		Social	de lucros	Acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2007		120.481	9.298	-	129.779
Lucro líquido do exercício				87.276	87.276
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			4.364	(4.364)	-
Dividendos propostos				(20.727)	(20.727)
Reserva de retenção de lucros			62.185	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	23	<u>120.481</u>	<u>75.847</u>	-	<u>196.328</u>
Reversão de dividendos				188	188
Lucro líquido do exercício				99.341	99.341
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			4.976	(4.976)	-
Dividendos propostos				(94.553)	(94.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	23	<u>120.481</u>	<u>80.823</u>	-	<u>201.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	99.341	87.276	99.341	87.276
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades				
Partes beneficiárias			6.005	5.138
Concessionárias	756		1.147	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	3.487	(4.895)	3.487	(4.895)
Depreciações e amortizações	4.188	4.156	12.001	11.404
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	41		47	6.467
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	8.496	1.255	13.930	4.708
Benefícios pós emprego - CVM nº 371		319		319
Provisões para contingências	455	(671)	280	(128)
Participações societárias	(61.847)	(50.362)		
Encargos regulatórios e setoriais	1.526		2.262	
Impostos e contribuições sociais			2.747	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(255)	(179)	(1.599)	(179)
	<u>56.188</u>	<u>36.899</u>	<u>139.648</u>	<u>110.110</u>
(Aumento) diminuição de ativos				
Concessionárias	(1.320)	(6.126)	(3.135)	15.824
Impostos e contribuições sociais	(6.286)	(2.241)	(8.362)	(3.338)
Cauções e depósitos vinculados	442	(831)	355	(2.066)
Despesas pagas antecipadamente		(67)	71	(51)
Outros créditos	(724)	4.111	882	2.902
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	3.231	(427)	6.032	(337)
Impostos e contribuições sociais	677	2.685	1.191	4.491
Obrigações estimadas com pessoal	211	2.705	(55)	3.068
Outras obrigações	(1.921)	(138)	(2.230)	407
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>50.498</u>	<u>36.570</u>	<u>134.397</u>	<u>131.010</u>
Atividades de investimento				
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(63.366)	(9.398)	(170.993)	(52.093)
Baixas ao ativo diferido		18		18
Dividendos recebidos	27.175	5.558		
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(36.191)</u>	<u>(3.822)</u>	<u>(170.993)</u>	<u>(52.075)</u>
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(37.613)	(14.379)	4.736	(21.769)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(20.770)	(450)		
Dividendos pagos	(19.492)	(2.896)	(25.321)	(13.363)
Empréstimos e financiamentos - ingressos	66.000		76.000	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(8.554)	(6.209)	(21.324)	(18.203)
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados				5.635
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	<u>(20.429)</u>	<u>(23.934)</u>	<u>34.091</u>	<u>(47.700)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

A Energest S.A., Companhia de capital fechado, constituída em 7 de agosto de 2000, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

2 - Concessões

A Companhia e suas controladas, Castelo Energética S.A. - CESA, Pantanal Energética Ltda., Santa Fé Energia S.A. e Costa Rica Energética Ltda., possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresa	Usinas Hidrelétricas	(1) e (3)	Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWh) (*)	Concessão/Autorização/Registro	
								Início	Término
Energest	Mascarenhas	(1) e (3)	ES	Baixo Guandú	Doce	180,50	127,00	17/07/1995	16/07/2025
	Suíça	(1)	ES	Santa Leopoldina	Santa Maria	31,59	18,91	17/07/1995	16/07/2025
						212,09	145,91		
CESA	Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,28	17/07/1995	16/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	Cach. Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	17/07/1995	16/07/2025
	Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,91	17/07/1995	16/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria	16,80	8,00	17/07/1995	16/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,80	19/05/1999	18/05/2029
	São João	(2)	ES	Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	18/05/2029
						61,94	34,90		
Pantanal	Vitor A. de Brito	(5)	MS	Coxim	Córrego do Veado	0,40	0,30	04/12/1997	Indeterminado
	São João 1	(5)	MS	Ponta Porã	São João	0,66	0,60	04/12/1997	Indeterminado
	São João 2	(5)	MS	Ponta Porã	São João	0,60	0,50	04/12/1997	Indeterminado
	Paraíso	(2)	MS	Costa Rica	Paraíso	21,60	13,25	23/12/1999	22/12/2029
	Assis Chat. (Mimoso)	(1)	MS	Ribas do Rio Pardo	Pardo	29,50	20,90	04/12/1997	03/12/2027
						52,76	35,55		
Costa Rica	Costa Rica	(2) e (4)	MS	Costa Rica	Sucuriú	16,00	12,28	05/11/2001	04/11/2031
	Santa Fé	(2)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	16,40	13/11/2001	12/11/2031
						371,79	245,04		

- (1) Serviço público de energia (Concessão)
- (2) Produção independente de energia (Autorização)
- (3) Aumento da capacidade instalada e energia assegurada em virtude da entrada em operação da 4ª máquina da usina de Mascarenhas
- (4) Aumento da energia assegurada em virtude de revisão pela ANEEL.
- (5) Serviço público de energia (Registro)

3 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 19 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia e suas controladas adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008 e 2007, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

4 - Resumo das principais práticas contábeis

4.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente reapresentando as demonstrações financeiras de 2007.

4.1.1 - Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Instrumentos financeiros - CPC 14 e Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008

A Companhia contratou instrumentos financeiros cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponível para venda. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transição e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado.

Conforme faculta o CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição.

Ativo intangível - CPC 04 e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008

Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado intangível para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Ativo diferido

O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2007, existente na Companhia no montante de R\$ 544, foi reclassificado para outros grupos de ativos.

4.2 - Resumo das principais práticas contábeis

a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras, com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 6)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Investimentos (Nota 14)

As participações societárias em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

d) Imobilizado (Nota 15)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) até o ano de 2001.

Principais taxas de depreciação praticada na geração, embasamento: Resolução ANEEL nºs 02 e 15 de 1997 e 240 de 2006.

Atividade de geração

Tipo de equipamento	%
Comporta	3,3
Edificação - casa de força	2,0
Edificação - outras	4,0
Gerador	3,3
Reservatório, barragem e adutora	2,0
Turbina hidráulica	2,5
Urbanização e benfeitorias	4,0

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e) Intangível (Nota 16)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios; e
- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 17)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar a fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

h) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18)

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

i) Provisões para contingências (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com a metodologia disposta pela Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na Medida Provisória nº 449/08.

l) Benefício pós-emprego (Nota 19)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2008.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

m) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

o) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 19.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

p) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado
- Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

q) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

r) Redução ao valor recuperável

Os ativos do Investimento, Imobilizado e do Intangível, têm o valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

4.3 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas diretas (conforme descrito na nota 14.2). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas companhias controladas; e
- Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

5 - Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	4.136	2.893	10.551	19.681
Aplicações financeiras - renda fixa	9.156	16.521	29.565	22.940
Total	13.292	19.414	40.116	42.621

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 102,0% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6 - Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Suprimento - convencional	15.589	12.748	25.594	24.166
Energia de curto prazo	293	2.407	574	14
Total	15.882	15.155	26.168	24.180

7 - Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	8.271	3.177	9.383	3.788		
ICMS	2.669	2.587	4.502	3.592	1.470	3.494
PIS e COFINS			68	62		
Outros	1.573	463	1.623	495		
Total	12.513	6.227	15.576	7.937	1.470	3.494
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	9.642	8.095	11.908	9.051		
ICMS	2	13	315	1.423		
PIS e COFINS	889	532	1.282	1.106		
IRRF sobre juros s/capital próprio	1.805	1.236	1.805	1.236		
Outros	1.141	1.121	2.207	1.705		
Total	13.479	10.997	17.517	14.521	-	-

8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
IR sobre prejuízos fiscais		1.221		
CSLL sobre base negativa		849		
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias	1.051	938	1.058	2.575
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	(12)			
Total	1.039	3.008	1.058	2.575

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora				Receitas (Despesas) no exercício	
	Ativo		Passivo		2008	2007
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007		
Concessionárias						
Bandeirante	190	124			1.760	1.123
Escelsa	3.526	4.327			1.896	1.326
Energul		87			606	701
Enertrade	314	1.552			15.749	20.602
Investco		11				134
	4.030	6.101			20.011	23.886
Outros créditos						
Enerpeixe					480	
Investco					141	
	11				621	
Partes relacionadas						
Bandeirante			275	70		
Escelsa		2.787	910	193		3.267
Energul				14		
CESA	36.255	30.612	2.154	415		
Pantanal	70	116	3.106	759		
Costa Rica	139	140				
Enercouth	12	12				
Enertrade			1.179			
Santa Fé	41.037					
EDP Energias do Brasil	4	4	35.793	35.733		
	77.517	33.671	43.417	37.184		3.267
Fornecedores						
CESA					(1)	
Enertrade					(12.296)	
Escelsa				162	(653)	
					(12.950)	
Total	81.558	39.772	43.417	37.346	7.682	27.153

	Controladora				Receitas (Despesas) no exercício	
	Ativo		Passivo		2008	2007
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007		
Concessionárias						
Bandeirante	199	139			1.834	1.211
EDP Lajeado	1	1			6	7
Enerpeixe	1	1			10	11
Energul		2.466			31.356	26.837
Enertrade	1.238	3.140			19.657	41.148
Escelsa	7.820	6.325			2.852	25.687
Investco		11				134
Lajeado Energia					3	
	9.259	12.083			55.718	95.035
Outros Créditos						
Enerpeixe					480	
Investco	11				141	
	11				621	
Partes relacionadas						
Bandeirante		(2)	275	70		
EDP Energias do Brasil	4	4	118.642	128.469	(5.095)	(4.341)
Enercouth	12	12				
Energul		6.329		38		(1.870)
Enertrade		(38)	1.179			(4.952)
Escelsa		2.787	4.638	496		2.146
Pantanal		(1)				
	16	9.091	124.734	129.073	(5.095)	(9.017)
Fornecedores						
Enertrade					(12.002)	
Escelsa					(653)	
					(12.655)	
Total	9.286	21.174	124.734	129.073	38.589	86.018

Concessionárias**Contratos de venda de energia elétrica da Companhia com a Bandeirante**

Período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037 relativos ao 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 16 de dezembro de 2005, conforme Edital de Leilão nº 002/2005-ANEEL.

Períodos de 2005 a 2012 e 2006 a 2013, relativos ao 1º Leilão de Energia Existente conforme Edital de Leilão nº 001/2004 da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Período de 2008 a 2015, relativo ao 2º Leilão de Energia Existente conforme Edital de Leilão nº 001/2005.

Contratos de venda de energia elétrica da Companhia com a Escelsa

Período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037 relativos ao 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 16 de dezembro de 2005, conforme Edital de Leilão nº 002/2005-ANEEL.

Períodos de 2005 a 2012 e 2006 a 2013 relativos ao 1º Leilão de Energia Existente conforme Edital de Leilão nº 001/2004 da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Período de 2008 a 2015 relativo ao 2º Leilão de Energia Existente conforme Edital de Leilão nº 001/2005.

Contratos de venda de energia elétrica da controlada CESA com a Escelsa

Referente às PCHs Viçosa e São João. Em 2007, por meio de Chamada Pública, foi firmado contrato para a venda de energia das demais PCHs da CESA, caracterizadas como Geração Distribuída.

O contrato com a PCH Viçosa teve início em 1º de agosto de 2001 com término previsto para 31 de dezembro de 2025. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 7 de agosto de 2003, para alterar a energia assegurada para 2,80 MW médios.

O segundo aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2004 e alterou a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.097, de 3 de dezembro de 2004, homologou esse contrato.

O contrato com a PCH São João mantinha a data de início programada com a entrada em operação comercial da PCH e término previsto para 31 de maio de 2029, contemplando 14,68 MW médios. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 13 de novembro de 2003, alterando a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.205, de 26 de dezembro de 2003, homologou esse contrato. O segundo aditivo foi assinado em 5 de janeiro de 2007 e alterou a data de início do contrato para 1º de janeiro de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.748, de 5 de junho de 2007, aprovou este termo aditivo. O terceiro aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2007, alterando a energia contratada para 14,35 MW médios, com base na Portaria nº 12 da SPDE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do MME, de 29 de março de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.268/2008 homologa o 3º e o 4º termo aditivo.

O Contrato de Geração Distribuída com a CESA, foi firmado em 1º de novembro de 2007, com suprimento para o período de 1º de janeiro de 2008 a 15 de julho de 2025, contemplando 17,72 MW médios. Homologação solicitada à ANEEL, através da carta nº CT-CCPE 2 de 5 de dezembro de 2007.

Contratos de venda de energia elétrica da Companhia com a Enertrade

Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre a Companhia, vendedora, e a Enertrade, compradora, conforme carta CT-CMR-7/07 encaminhada à ANEEL em 10 de janeiro de 2007, com vigência de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2014.

Fornecedores**Contratos de compra de energia elétrica da Companhia com a Enertrade**

Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre a Companhia, compradora, e a Enertrade, vendedora, conforme Despacho ANEEL nº 471 de 4 de fevereiro de 2009, com vigência de 1º de fevereiro de 2008 a 31 de dezembro de 2012.

Partes Relacionadas:**Contratos de mútuo**

Firmado em 29 de dezembro de 2006 pela mutuante EDP Energias do Brasil S.A. para a mutuária Companhia, com a finalidade de conversão do valor de dividendos a pagar no valor total de R\$35.036, sem incidência de juros e com vencimento em 29 de dezembro de 2011.

Firmado em 9 de novembro de 2007 pela mutuante Companhia para a mutuária Castelo Energética S.A., com a finalidade de construção da PCH Santa Fé, no valor total de R\$17.200, sem a incidência de juros e vencido em 31 de maio de 2008.

Firmado em 28 de dezembro de 2007 pela mutuante Companhia para a mutuária Castelo Energética S.A., com a finalidade de conversão do valor de dividendos a pagar no valor total de R\$5.126, com juros de 100% do CDI e vencido em 28 de setembro de 2008.

Firmado em 5 de junho de 2008 pela mutuante Companhia para a mutuária Santa Fé Energia S.A., com a finalidade de construção da PCH Santa Fé, no valor total de R\$50.000, com juros de 106,6% do CDI e com vencimento em 6 de abril de 2009. As liberações ocorridas somam o montante de R\$40.000.

Firmado em 15 de maio de 2003 pela mutuante EDP Energias do Brasil S.A. para a controlada CESA, com a finalidade de cobertura do fluxo de caixa, no valor total de R\$15.000, com juros de 100% do CDI e vencido em 15 de maio de 2004.

Firmado em 30 de maio de 2003 pela mutuante EDP Energias do Brasil S.A. para a controlada CESA, com a finalidade de cobertura do fluxo de caixa, no valor total de R\$9.240, com juros de 100% do CDI e vencido em 30 de maio de 2004.

Firmado em 29 de dezembro de 2006 pela mutuante EDP Energias do Brasil S.A., para a controlada CESA, com a finalidade de conversão do valor de dividendos a pagar, no valor total de R\$35.984, sem incidência de juros e com vencimento em 29 de dezembro de 2011.

Compartilhamento de gastos

Refere-se a compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP Energias do Brasil S.A., e a partir de 2007 com a Bandeirante, Escelsa, Enertrade e com a anterior coligada Energul até 31 de agosto de 2008, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007.

Custos reembolsáveis transferidos da controlada CESA para a controlada Santa Fé Energia S.A., no valor de R\$37.425, destinados a suportar gastos de construção da PCH Santa Fé.

11 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Santa Fé	21.220	450				
EDP Energias do Brasil			35.040	35.040	35.040	35.040
Total	21.220	450	35.040	35.040	35.040	35.040

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Depósitos judiciais			5				794	514
Cauções e depósitos vinculados	566	699	1.330	1.389	6.722	6.318	7.432	6.872
Total	566	699	1.335	1.389	6.722	6.318	8.226	7.386

12.1 - Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado de 2008 e 2007, pertence a Castelo Energética S.A. - CESA, e refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

12.2 - Cauções e depósitos vinculados

O saldo no circulante de R\$6.722 (R\$6.318 em 2007) refere-se ao contingenciamento e aplicação de recursos efetuado pela controlada CESA, de conformidade com previsão na alínea "b", do Parágrafo 1º, da Cláusula 11, do contrato de financiamento com o BNDES (Nota 18), destinado à garantia do adimplemento do contrato, à razão de 6 meses do serviço da dívida.

O saldo do não circulante corresponde aos depósitos referentes às garantias para as liquidações financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para as operações de curto prazo, conforme previsto nas atuais regras de funcionamento da CCEE.

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Outros créditos - Ativo							
Adiantamentos a empregados	212	59		212	59		
Adiantamentos a fornecedores	171	1.440		298	1.532		
Créditos a receber - clientes	167	812		466	1.882		
Dispêndios a reembolsar	1.349	983		1.361	997		
Bens destinados a alienação						15	15
Desativação em curso	87	87		87	87		
Serviços em curso	1.017	71		2.286	1.468		
Serviços prestados a terceiros	11	11		11	11		
Desativações e alienações				41	28		
Outros	241	443	1.254	243	1.095	1.254	
Total	3.255	3.906	1.254	5.005	7.159	1.269	15
Outras contas a pagar - Passivo							
Folha de pagamento	390	282		390	282		
Outras	185	427	38	192	427	38	
Total	575	709	38	582	709	38	

14 - Investimentos**14.1 - Movimentação dos investimentos no exercício de 2008**

	Controladora				
	Costa Rica	CESA	Pantanal	Santa Fé	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2008	8.708	39.022	38.452	1	86.183
Dividendos propostos/pagos	(6.124)	(21.530)	(32.934)		(60.588)
Aumento de capital		35.000			35.000
Transferência cisão		1.861	(1.861)		
Resultado de equivalência patrimonial	6.250	22.663	32.934		61.847
Saldo em 31 de dezembro de 2008	8.834	77.016	36.591	1	122.442

14.2 - Participação direta dos investimentos

	Patrimônio líquido da investida				% Participação direta	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007		
CESA	77.016	39.022	100	100		
Costa Rica	8.834	8.708	51	51		
Pantanal Energética	36.591	38.452	100	100		
Santa Fé	1	1	100	100		
Total	122.442	86.183				

15 - Imobilizado

	Controladora				
	31/12/2008		31/12/2007		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		435		435	435
Reservatórios, barragens e adutoras	1,77	25.986	(23.993)	1.993	2.452
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,57	18.014	(16.381)	1.633	1.786
Máquinas e equipamentos	2,81	111.847	(34.301)	77.546	79.765
Veículos	15,99	510	(244)	266	185
Móveis e utensílios	10,00	297	(25)	272	
		157.089	(74.944)	82.145	84.623
Administração					
Máquinas e equipamentos	7,49	96	(68)	28	29
Veículos	17,17	224	(167)	57	156
Móveis e utensílios	10,00	215	(127)	88	110
		535	(362)	173	295
Total do Imobilizado em serviço		157.624	(75.306)	82.318	84.918
Imobilizado em curso					
Geração		68.528		68.528	6.845

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 - Intangível

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2008
	Valor líquido em 31/12/2007	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	
Em serviço	665		22	(149)	1	539
Em curso	451	309	(417)			343
	1.116	309	(395)	(149)	1	882
Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2007	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2008
Em serviço	950		835	(289)	1	1.497
Em curso	1.575	348	(1.056)		(480)	387
	2.525	348	(221)	(289)		1.884

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

17 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Suprimento de energia elétrica	228	49	404	215
CCEE (compra de energia de curto prazo)	3.036		3.036	
Encargos de uso da rede elétrica	37	353	37	214
Materiais e serviços	2.487	2.155	7.349	4.365
Total	5.788	2.557	10.826	4.794

18 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

18.1 - Composição dos empréstimos

		Controladora					
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Principal	Não Circulante	Encargos	Principal	Não Circulante
Moeda estrangeira							
Banco Santander Brasil S.A.	4,81% + Variação Cambial	966	24.786				
BNDES	UMBDES + 3,50% a.a.	5	471	393	5	351	
		971	25.257	393	5	351	
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 3,50% a.a.	50	4.388	3.292	61	4.380	
Cédula de Crédito Bancário	106,6% CDI	2.460		48.000			
		2.510	4.388	51.292	61	4.380	
Resultado dos swaps							
Banco Santander Brasil S.A.	4,81% + Variação Cambial		(5.764)				
			(5.764)				
Total		3.481	23.881	51.685	66	4.731	

		Consolidado					
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Principal	Não Circulante	Encargos	Principal	Não Circulante
Moeda estrangeira							
Banco Santander Brasil S.A.	Energis	966	24.786				
Banco Santander Brasil S.A.	CESA	537	13.771				
BNDES	Energis	5	471	393	5	351	
BNDES	CESA	6	418	1.080	6	311	
BNDES	Pantanal	5	378	976	6	283	
		1.519	39.824	2.449	17	945	
Moeda nacional							
Cédula de Crédito Bancário	Energis	2.460		48.000			
BNDES	Energis	50	4.388	3.292	61	4.380	
BNDES	CESA	65	4.184	10.461	83	4.727	
BNDES	Pantanal	59	3.783	9.457	56	3.220	
Eletróbrás	Costa Rica	58	478	2.088	137	650	
		2.692	12.833	73.298	337	12.977	
Resultado dos swaps							
Cédula de Crédito Bancário	Energis		(5.764)				
BNDES	CESA		(3.202)				
			(8.966)				
Total		4.211	43.691	75.747	354	13.922	

18.2 - Informações adicionais sobre a dívida da Companhia (controladora)

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece *covenants* da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

18.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida das controladas

(i) Castelo Energética S.A. - CESA e Pantanal Energética Ltda.

BNDES - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$39.280, em 2004, R\$17.565 e em 2007, R\$5.635. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) o penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Companhia na Sociedade. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da CESA para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Este contrato não possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

(ii) Costa Rica Energética Ltda.

Eletróbrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletróbrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória, assumidas pela Costa Rica. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

18.4 - Vencimento das parcelas de curto e longo prazos (principal + encargos)

	Controladora			Consolidado				
	Tipos de moeda	Nacional	Estrangeira	Total	Tipos de moeda	Nacional	Estrangeira	Total
Vencimento Circulante								
2009		6.898	20.464	27.362		15.525	32.377	47.902
		6.898	20.464	27.362		15.525	32.377	47.902
Não circulante								
2010		3.291	393	3.684		11.732	1.189	12.921
2011		10.667		10.667		19.107	796	19.903
2012		10.667		10.667		15.123	464	15.587
2013		10.667		10.667		11.140		11.140
2014		10.667		10.667		10.863		10.863
2015		5.333		5.333		5.333		5.333
		51.292	393	51.685		73.298	2.449	75.747
Total		58.190	20.857	79.047		88.823	34.826	123.649

19 - Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(241)	(103)
Valor justo dos ativos	369	226
Total	128	123
Valor das perdas/(ganhos) atuariais não reconhecidos	99	(38)
Superávit	227	85

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Companhia contribuiu com R\$231 (R\$181 em 2007).

19.1 - EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição Definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano próprio e um privado através do Bradesco Vida e Previdência S.A. de benefícios do tipo Contribuição Definida com 171 participantes, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

Na qualidade de Patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com o montante de R\$775 (R\$302 em 2007).

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS e pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

20 - Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Folha de Pagamento	3.635	3.607	3.635	3.820
INSS e FGTS	405	222	405	275
Total	4.040	3.829	4.040	4.095

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2008.

21 - Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	585	641	745	798
Pesquisa e desenvolvimento	2.120	1.133	3.200	1.393
Programa de eficiência energética				332
Taxa de fiscalização ANEEL	31		65	
Total	2.736	1.774	4.010	2.523

22 - Provisões para contingências e Depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Consolidado				
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo		
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Saldo em 31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12)	Saldo em 31/12/2007	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12)
Trabalhistas	39	455	494	5	39	455		494	5
Não circulante	39	455	494	5	39	455		494	5
Consolidado									
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo		
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2008	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	
Trabalhistas	1.323	568	(280)	1.611	794	514			
Cíveis	8		(8)						
Total	1.331	568	(288)	1.611	794	514			
Não circulante	1.331	568	(288)	1.611	794	514			

22.1 - Trabalhistas

Companhia e controladas CESA e Pantanal

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

22.2 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	504	86
Fiscais	90	
Total	594	86

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é de R\$120.481 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2008		31/12/2007	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
EDP Energias do Brasil S.A.	1.000.572.261	100,00	1.000.572.261	100,00
Outros	3		3	
Total	1.000.572.264	100,00	1.000.572.264	100,00

23.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	99.341	87.276
Dividendos prescritos	188	
Lucro líquido ajustado	99.529	87.276
Constituição da reserva legal - 5%	(4.976)	(4.364)
	94.553	82.912

Destinação do lucro:

	31/12/2008	31/12/2007
Dividendos		
Dividendos intermediários - JSCP	12.035	8.241
Dividendos complementares	82.518	12.486
Constituição da reserva de retenção de lucros		62.185
Dividendos por ação - JSCP	0,012028	0,008236
Dividendos complementares por ação	0,082471	0,012480

Em 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$12.035, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

23.3 - Reservas de lucros

	31/12/2008	31/12/2007
Legal	9.950	4.974
Retenção de lucros	70.873	70.873
	80.823	75.847

24 - Receita operacional líquida

	Controladora			
	MWh (*)		2008	
	2008	2007	2008	2007
Suprimento				
Suprimento de energia elétrica	1.372.326	1.242.722	119.008	80.539
Energia de curto prazo			9.116	3.573
Serviços taxados e outros			708	1.319
			128.832	85.431
(-) Deduções da receita				
PEE e P&D			(1.528)	(772)
PIS/COFINS			(9.757)	(7.514)
ISS			(37)	(42)
Total	1.372.326	1.242		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Custo do serviço		Despesas operacionais			2008	2007
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administ.	Outras		
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda						9.302	9.651
Energia de curto prazo - CCEE	9.302					12.945	240
Outros suprimentos	12.945					7.176	2.469
Encargo de uso e conexão	7.176					860	569
Taxa de fiscalização						4.302	4.302
Compensações financeiras						5.162	34.585
	29.423					34.585	17.749
Gerenciáveis							
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		8.621		9.316		17.937	17.988
Materiais		861		736		1.597	1.561
Serviços de terceiros		8.613		4.415		13.173	11.348
Depreciação e amortização		12.001				12.001	11.404
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			3.894			3.894	
Provisões para contingências					274	274	(128)
Aluguéis e arrendamentos		304		804		1.108	1.075
Outras		773	4	142	10	929	2.755
		31.173	3.898	15.413	284	50.913	46.003
Total	29.423	31.173	3.898	15.413	5.446	85.498	63.752

26 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.812	1.543	6.649	2.736
PIS e COFINS sobre receitas financeiras			(391)	(82)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais	57	237	57	241
Descontos obtidos	6	3	28	4
Outras receitas financeiras	(83)	433	202	570
	2.792	2.216	6.545	3.469
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos federais		(83)		(83)
Encargos de dívidas	(8.107)	(1.451)	(12.481)	(5.896)
Variações monetárias moeda nacional	(26)	(54)	(103)	(265)
Variações monetárias moeda estrangeira	(7.220)	301	(11.854)	924
Operações de swap e hedge	5.727		8.909	
Marcação a mercado - MTM	36		56	
CPMF	(35)	(334)	(55)	(741)
Juros sobre capital próprio	(12.035)	(8.241)	(12.035)	(8.241)
Outras despesas financeiras	(302)	(64)	(6.294)	(4.810)
	(21.962)	(9.926)	(33.857)	(19.112)
Total	(19.170)	(7.710)	(27.312)	(15.643)

27 - Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	100.335	82.235	100.335	82.235
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(25.084)	(20.559)	(9.030)	(7.401)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(178)	(86)	(64)	(31)
Multas indedutíveis	(1)	(1)		
Despesas indedutíveis	(3)	(2)	(1)	(1)
Gratificações a administradores	(35)	(518)	(13)	(186)
Resultados de equivalência patrimonial	15.462	12.591	5.566	4.533
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		5.870		2.522
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	100			
Incentivos fiscais	252	69		
Despesa de IRPJ e CSLL	(9.487)	(2.636)	(3.542)	(564)

	Controladora		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	113.498	91.556	113.498	91.556
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.375)	(22.889)	(10.215)	(8.240)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(178)	(86)	(64)	(32)
Multas indedutíveis	(1)	(1)		
Despesas indedutíveis	(3)	(2)	(1)	(1)
Gratificações a administradores	(35)	(518)	(13)	(186)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		5.870		2.522
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	76			
Ajuste lucro presumido	13.760	12.052	4.538	3.987
Incentivos fiscais	324	141		
Despesa de IRPJ e CSLL	(14.432)	(5.433)	(5.755)	(1.950)

28 - Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração no exercício de 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$1.525, valor composto somente por benefícios de curto prazo. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 7 de abril de 2008, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, de até R\$3.000 para o período de abril de 2008 a março de 2009.

29 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
Usinas	31/12/2008 14.569	Usinas 31/12/2008 90.314
Prédios e conteúdos (próprios)	90	Prédios e conteúdos (próprios) 90
Responsabilidade civil	5.724	Responsabilidade civil 17.172
Transportes (veículos)	1.300	Transportes (veículos) 3.900
Acidentes pessoais	13.473	Acidentes pessoais 13.473

30 - Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental em 2008 foram de R\$1.946, sendo R\$1.464 capitalizados no exercício relativo a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente e R\$256 em contrapartida ao resultado do exercício relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

31 - Revisão tarifária periódica

Nos termos do contrato de concessão nº 020/2008 assinado em 14 de novembro de 2008, e do Ofício Circular nº 2.740/2008-SFF/SER/ANEEL, de 19 de dezembro de 2008, na controlada CESA foi dado início ao segundo ciclo de revisão tarifária periódica para as empresas transmissoras de energia elétrica que será calculada sobre toda base de ativos com data prevista de conclusão e aplicação no período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2013, reajustadas anualmente no período de 2010 a 2012. Os dados solicitados pelo referido Ofício encontram-se em fase de atendimento pela empresa com previsão de atendimento dentro dos prazos exigidos.

O primeiro ciclo de revisão tarifária ocorrido em 2007, contemplou somente as novas instalações autorizadas e com receitas estabelecidas por Resolução específica após a publicação da Resolução ANEEL nº 167/2000, ou ainda as instalações de conexão contratadas diretamente das concessionárias, nos termos das Resoluções nºs 489/2002 e 158/2005.

32 - Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008 a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

32.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros, etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

A Administração avalia que, com base em ferramentas estatísticas de análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2008, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos (*hedged item*). Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação. Não houve efeitos pela adoção inicial da Deliberação CVM nº 566.

32.2 - Riscos operacionais

32.2.1 - Risco de crédito

a) Direitos emergentes da concessão; e

b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte de receitas provenientes da comercialização da energia gerada pela usina.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

32.2.2 - Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui, conforme descrito na nota 18, contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

32.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica. Numa situação extrema, como ocorreu no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

32.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Numerário disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição e geração de energia elétrica, indexados a TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira junto ao Banco Santander - são classificados como passivos financeiros e estão mensurados inicialmente, na data da transação, pela taxa cambial da moeda funcional e convertidos a taxa de fechamento no balanço patrimonial, e os efeitos cambiais são registrados no Resultado financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos - são operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor de mercado (*fair value hedge*). O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros (ativo e passivo) da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F.

32.4 - Operações com instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de mitigar a exposição de sua dívida em moeda estrangeira às oscilações da taxa de câmbio e taxas de juros, possui, em 31 de dezembro de 2008, operação de *hedge*, apresentada na nota 18. O valor contábil corresponde ao valor de mercado dessa operação que, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$8.909, cujos efeitos de ganho ou perda no resultado do exercício encontram-se apresentados no quadro da nota 18, na rubrica Operações de *swap* e *hedge*.

O quadro abaixo apresenta a operação de instrumento financeiro derivativo contratado, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Energest S.A.												
Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional USD		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<i>Swap</i>												
Ativo	Banco Santander			USD +								
	S.A.	14/03/08	12/02/09	4,81% a.a.	10.606		25.754		25.825		7.825	
Passivo				111,90% do CDI					20.062		2.062	
									5.763		5.763	

Castelo Energética S.A.												
Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional USD		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<i>Swap</i>												
Ativo	Banco Santander			USD +								
	S.A.	14/03/08	12/02/09	4,81% a.a.	5.892		14.308		14.348		4.348	
Passivo				111,90% do CDI					11.146		1.146	
									3.202		3.202	

A estimativa do valor justo do instrumento financeiro de derivativo foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&F Bovespa, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F Bovespa.

Não houve no exercício mudança na qualificação dos instrumentos financeiros derivativos.

32.5 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 18, são compostos de financiamentos junto ao BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esse Agente, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para a transação financeira em moeda estrangeira, o risco da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o saldo de passivo denominado em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operação financeira de *hedge*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação ao CDI.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Vice-Presidente

Conselheiros

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

MIGUEL DIAS AMARO

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor Executivo

CARLOS ALBERTO DE SÃO JOSÉ CAVALLEIRO
Diretor de Geração Térmica

THOMAS DANIEL BRULL
Diretor Administrativo e Financeiro

LEONARDO JOSÉ VALLESI
Superintendente de Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gerente de Contabilidade Geral
CRC 1SP137290/O-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Energest S.A.
São Paulo - SP

- Examinamos os balanços patrimoniais da Energest S.A. ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixas e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, as demonstrações financeiras da Companhia incluem saldos de ativos e passivos, bem como transações que influenciaram os resultados dos exercícios, em montantes significativos, relativas a operações com partes relacionadas.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2007. Entretanto, essas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 não trouxeram efeitos patrimoniais significativos que pudessem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração de fluxos de caixa.

19 de fevereiro de 2009


KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2